

**ATA da Reunião do CONSELHO GESTOR com o COMITÊ DE ATENÇÃO PRIORITÁRIO AO PRIMEIRO GRAU**

LOCAL	DATA	HORÁRIO INÍCIO	HORÁRIO FIM
Plataforma de videoconferência ZOOM	29/03/2021	16h10	18h45min

**PAUTA**

- 1) Orçamento Pleitos 2022.

**CONSIDERAÇÕES INICIAIS**

O DG declarou aberta a reunião com 10min de atraso e, logo em seguida, Leana informou acerca do envio de uma nova portaria acerca do orçamento do pleito de 2022 enviada pelo TSE. Após repassada todas as informações, foi dada continuidade para rever pendências da reunião anterior e deliberar acerca do déficit existente.

**PENDÊNCIAS DA REUNIÃO ANTERIOR**

- 1) Chegada escalonada dos técnicos;
- 2) Observância da realidade de cada zona – o que seria possível reduzir para um? E para outro?;
- 3) Diminuição na alimentação dos mesários;
- 4) Analisar o impacto na diminuição do número de sessões (todos os gestores precisam informar, somente o Wagner apresentou);
- 5) Redução no número de PATs e o mapeamento da distância em que se encontram distantes da sede da zona;
- 6) A possibilidade de substituição de PATs por técnicos;
- 7) Rever a situação dos oficiais de justiça;

8) Rever a questão da contratação de terceirizados.

## PAUTA

### 1. Orçamento Pleitos 2022

Leana informou acerca de um recado do TSE que foi repassado a Portaria 170/2021 falando sobre o orçamento de pleitos eleitorais e que tem como novidade a monitoração dessa execução pelo TSE. Vai ser feito um SEI onde vai ser estabelecido um cronograma de prazos para monitorar essa execução. Afirma ainda pela necessidade de executar da melhor forma, já que há tanta briga pelo orçamento porque o TSE vai cobrar a partir desse ano porque o CNJ impôs um orçamento impositivo em que os ordenadores de despesa de cada tribunal (no caso do tribunal, o presidente), toda vez que houver perda orçamentária vai ser necessário justificar o motivo de tal perda. É a primeira vez que isso ocorre. Deve ser observado as sobras, os remanejamentos etc. Então, o TSE vai fazer isso para que eles não respondam por isso. Já a segunda parte da portaria esclarece que, principalmente quanto a essas discussões e de onde entra o orçamento, quais despesas são de responsabilidade do TSE (urna eletrônica, flash card, memória de resultado, peça de reposição de urna, caderno de votação etc.)

Flávio: só esclarecendo que é uma contratação, mas não necessariamente o recurso. O contrato já vem pronto para nós.

Leana: o que for centralizado não vai ser solicitado recurso nessa fase da proposta. Somente focamos no misto e descentralizado. O que vamos precisamos fazer na proposta orçamentária: baterias para urna eletrônica, bobinas de papel, drive de flash card, cabine de votação. Quando eles colocam “mista”, confesso não saber nosso limite.

Lucilene: antigamente, o “mista” era quando não havíamos verba e solicitávamos.

Leana: devemos fazer proposta de despesas mistas e descentralizadas.

Flávio: o que ocorre é que é feita a licitação pelo TSE e nós entramos como partícipe. Quando a ata fica pronta, o TSE envia para o TRE e tramitamos o processo de contratação. Em seguida, encaminhamos um ofício para o TSE solicitando o recurso para essas contratações ele descentraliza para a gente.

Leana: era assim, mas o secretário não respondeu assim no grupo.

Leana sugeriu que enquanto aguardava uma resposta no grupo, a reunião deveria ser continuada.

Regina questionou se o comitê de 1º grau tinha alguma sugestão. Lilianne falou que os chefes de cartório foram contra a redução de técnicos de urna inviabilizando o serviço posto que trabalham com a quantidade necessária e já perderam 5 dias, além de não concordarem com a chegada escalonada e, dos males, o menos pior: realizar agregações.

Wagner afirma que realizar as super agregações não seria vantajoso porque a economia seria mínima. E, 15.834 seções já é um número reduzido.

Lilianne: deixa isso como sugestão, então.

Michelle questionou quanto a chegada escalonada, ao invés de ser um momento de treinamento, seriam dois? É bom ver a necessidade de criar um modelo para que a zona possa gerenciar em uma eleição geral para também ser aplicado na eleição municipal. Afirma que não vão conseguir lidar com essa chegada escalonada e os cinco dias retirados vai fazer uma falta gigantesca. Eles, como servidores e chefes de cartório, estão na posição de trazer elementos para que a administração decida porque quando juntaram essas possibilidades no grupo para os outros, o desespero foi imediato por não saberem o que fazer com a chegada escalonada (dois momentos de treinamento), se diminuirmos os dias e quantidade – porque pensam tanto nas eleições gerais quanto as municipais. E, também, quanto ao valor de alimentação dos mesários de 40 reais para 35 reais para que eles lidassem com uma quebra de imagem que não podem suportar. Então, para deixar bem delimitado: os chefes de cartório demonstram muita preocupação com isso, que não estão concordando com isso. Mas, se não tiver o que fazer, precisam ver o que fazer em face disso. Além disso, Lilianne realizou uma análise conseguindo diminuir algo em torno de R\$ 1 milhão.

Lilianne afirma que não conhece a realidade de cada setor, então foi realizando com base de conhecimento de uma pessoa que não é da área, imaginando. Apresentando as sugestões, então, na medida em que cada setor fosse se apresentado igual na última reunião. Quanto a parte do Wagner, não realizou nenhuma sugestão.

Gilson questiona acerca dos maiores descontos ao ver dela (Lilianne) e com base na análise que fora realizada.

Lilianne diz que seria mais doloroso, para ela, o caso de cortar os terceirizados do fechamento de cadastro da CRE. É triste, até porque ela também precisa, mas, dos males, o menos pior. Também no setor do NEAD, no que diz respeito aos treinamentos, poderia ser considerado o envio de apenas 1 servidor para diminuir o custo das diárias. Ao ver dela, basta apenas 1 para os técnicos de urna. Já no treinamento dos mesários, ela entende que sendo os servidores de São Luís treinando os servidores do interior, achou interessante zerar tudo. Todavia, como não sabe quantas zonas possuem servidor do quadro, deveria ser visto com Guilberth quais são os locais que tem os servidores em questão.

Wagner complementou que deveria ser visto outro critério também porque acha que influencia a questão dos treinamentos dos mesários.

Lilianne diz que estão tratando de uma eleição geral, é diferente dos serviços de uma eleição municipal.

Guilberth afirma ser um cenário muito incerto, que se deve ter em mente um concurso de remoção próximo após essa decisão. Além de ser um fator positivo que também pode ser um fator negativo, mas que pode defasar ainda mais os quadros das zonas eleitorais, mas que também estão com um outro projeto que está caminhando paralelamente ao que seria o Apoio às Zonas Eleitorais pelas pessoas que irão voltar ao quadro por meio de regime de teletrabalho especial. Assim, são cenários incertos e que não pode dizer muito bem como ficaria no período, além de ter a própria gestão. Há, também, a questão de

pedidos políticos, no entanto, se tiverem um posicionamento da gestão para que os chefes de cartório, realizem esse treinamento, ou seja, colocar o mínimo possível de apoio, acha que haveria uma redução significativa. Precisamente, não sabe confirmar por conta do cenário, dessa imprevisibilidade.

Rogério diz que os colegas não estão lembrando que ano que vem a biometria retorna e, com um levantamento prévio realizado, vamos ter pelo menos 30 cidades com biometria inaugural. Complementa ainda que vão estar com 30 cidades críticas, vão precisar de apoio e os chefes de cartório ou duas pessoas do cartório, não vão dar conta. Se quiserem cortar, tudo bem e está decidido. Mas, acha que devem mexer nos mesários em último caso. Não adianta ter dinheiro para distribuir, montar e manter urnas se o mesário não souber utilizar. Tudo que já foi cortado foi muito do orçamento, mas, se for para cortar, tudo bem. Mas que vai ser um trabalho a menos e isso remete a um risco.

DG acha que estamos voltando novamente para as mesmas discussões e não conseguimos chegar a um corte sequer. Então, acha que devemos ser bastantes objetivos em algo que gere uma efetividade maior e possibilite chegarmos no nosso objetivo. Qual processo podemos analisar e que vai impactar em uma redução geral nos demais processos?

Luan diz que em relação aos auxiliares de apoio, foram reduzidos bastante e há a possibilidade de suspensão do contrato, assim, a redução da quantidade de dias para o segundo turno. Entraram, então, em contato com várias empresas e elas falaram ser possível essa suspensão, seriam: 30 dias de trabalho no 1º turno e apenas 17 dias para o 2º turno. Além de ter algumas propostas: ver a possibilidade dessa suspensão ou reduzir um técnico de cada zona eleitoral, com exceção daquelas que possuem 2 ou 3 técnicos. Não mexeríamos na quantidade de dias nem no primeiro nem no segundo turno e nessa proposta iríamos economizar R\$ 723 mil.

DG: acho que vamos fazer desse jeito. Pessoal, dividi com o desembargador essa nossa preocupação e dificuldade nas reduções e ele tem o mesmo entendimento que eu: não temos orçamento e precisamos nos adequar. Realizamos os cortes necessários, apresentamos para o TSE junto com as justificativas por reduzirmos além do limite e que vamos ter dificuldades nas eleições. Eu aguardei mais essa reunião para ver se conseguiríamos finalizar e iria questionar no grupo dos DGs colocando essa nossa dificuldade no ajuste dos orçamentos para ver a manifestação deles. Infelizmente, não nos resta outra saída e precisamos cortar mesmo. Vamos trabalhar com corte e se não tivermos outra ideia, vai ser uma decisão da administração e teremos que adotar essa responsabilidade e vamos fazer os cortes com discussões objetivas, levando para o presidente a título de consideração dele. Sobre a ponderação de Luan, alguém tem alguma contraproposta? Porque comentários todos devem ter.

Dr. Brígido: Luann, só queria interferir deixando que as pessoas que tenham o conhecimento direto sobre os fatos sabem onde o sapato aperta e ao mesmo tempo trabalhar nos meus processos. O que eu acho que deve ser feito e que vocês estão discutindo – muito bem, por sinal, é que deve ser realizado um corte em tudo aquilo que menos compromete o resultado da eleição porque pelo que eu vejo tudo interfere, então deve ser feito naquilo que menos interfere, já que do jeito que está ele é inviável de executar.

Lucilene: os chefes de cartório já citaram dois pontos em que abririam mão, mas, quando chegam no assunto de mesário, eles devem achar que vão impactar mais.

Michelle: Luan, no caso das zonas que possuem mais de um termo, é assegurado pelo menos um profissional de apoio por termo. Qual seria a porcentagem

de técnico garantida por município a fim de não inviabilizar o serviço? Além disso, um técnico bem treinado é capaz de treinar mesário, diminuindo custos.

Leana interrompe a reunião para avisar que o Eduardo informou que foi alterada e toda a contratação mista está dentro do limite informado. O limite foi dado com base na nossa execução. Na nossa contratação mista, o TSE continua a contratação. Em alguns anos, certos suprimentos foram repassados pelo TSE. Ademais, toda aquela lista deve ser resolvida aqui e corre risco de haver mais custos. Após isso, a reunião prosseguiu.

Wagner: esse custo foi aumentado?

Edson: não e vai aumentar mais ainda o gasto. Sendo assim, tenho outra proposta: seria a redução de rotas, mas iria impactar no tempo de distribuição e recolhimento. Todavia, podemos trabalhar de uma forma que não vai impactar muito nisso, onde economizaríamos R\$ 245 mil.

Lucilene: mas iria cair na questão de gastos que não foram inclusos: baterias e outros materiais porque eles não estão lançados já que, a princípio, eram do TSE. Temos que aumentar porque nosso estoque de bateria e bobina estão reduzidos.

Flávio: A manutenção preventiva de urnas eletrônicas seria descentralizada extra limite (pode extrapolar o limite já que não impacta), ou seja, não se inclui no orçamento do pleito, mas deve ser incluída na proposta. Não se coloca na planilha, mas deve ser solicitado.

Em seguida, foi dado início na discussão dos gastos da CRE.

Regina: a Lilianne sugeriu retirar a contratação dos terceirizados para os postos. Como fica?

Magno: nessa proposta, os terceirizados iriam realizar além do fechamento, como se é de conhecimento, ano que vem é uma eleição geral e há os votos dos presos provisórios na unidade prisional. Sendo assim, quem iria realizar esse trabalho seriam esses servidores.

Lilianne: poderia ser o oficial de justiça.

Michelle: após conversarmos com os colegas de zona, nós estamos apresentando pontos fazendo um escalonamento do que é importante mesmo. E depois da notícia do TSE vamos precisar fazer mais cortes porque precisamos manter os auxiliares que nos dão apoio nesse momento crítico.

Magno: posso levar para a corregedora amanhã e vamos conversar sobre isso.

Lilianne: era para zerar mesmo.

Magno: posso cortar Paço do Lumiar?

Lilianne: se for necessário, sim.

Regina: e as diárias para instalações dos postos?

Hebert: pessoal, precisamos lembrar que na eleição passada não cancelamos títulos por pessoas que não comparecem na revisão eleitoral. Algo em torno de 200 mil ou mais eleitores que irão voltar para poder reativar o seu título e isso vai acontecer no fechamento de cadastro. Estou tentando mostrar que o fechamento de cadastro já é ruim, mas ele pode ser muito pior nos locais onde não ocorreu esses cancelamentos e vão impactar bastante

Michelle: compreendendo esse cenário, podemos manter essas diárias para ajudar o cartório em se deslocar para aqueles locais onde o eleitor não consegue fazer essa biometria até porque a maioria dos cancelamentos que aconteceu em 2019 foram em municípios que são sede das zonas.

Lilianne: zerar a terceirização e manter a quantidade de postos.

Magno: e São Luís vai atender como?

Lilianne: requisição da prefeitura.

Magno: São Luís não consegue.

Cláudia: isso é a realidade do interior e hoje está se tomando uma decisão que não se tem orçamento para isso.

Lucilene: eu já entendi o que eles falaram: eles querem o que menos afetem. Tudo vai afetar, mas a questão zerar os terceiros impacta menos que a redução dos técnicos.

DG: quanto aos processos da corregedoria, não posso alterar sem o aval da corregedora e do presidente, em específico.

Wagner: explica que não tem outra forma de fazer isso.

Michelle: a sugestão é cortar os terceirizados mantendo as diárias para podermos viajar para os municípios-termos e resolver o problema de lá. Certo?

DG: conversando no grupo dos DGs, o DG do Amapá informou que as maiores reduções foram em diárias, passagens, combustível, energia, correições e em outros projetos, dando prioridade sempre para o trabalho remoto em função da pandemia. Podemos pensar da mesma forma, mas em 2022 pensamos na questão que não vai haver mais pandemia. Então, concordo com o que deu certo do trabalho remoto ser aplicado, mas sempre observando que talvez não vamos ter mais o empecilho da pandemia.

A reunião prosseguiu para o próximo setor: NEAD.

Regina: a sugestão foi de diminuir pela metade as diárias para o cartório dar treinamento nos termos e a outra seria reduzir para quatro as diárias da equipe de apoio que saem da secretaria para auxiliar os chefes de cartório no treinamento de mesário.

Lilianne: foi o que queria saber e o Guilberth disse que não tem como haver uma previsão de saber se realmente vão precisar.

Guilberth: existem critérios que adotamos no nosso controle, não necessariamente nas zonas que não tinham ninguém do quadro, tamanho do eleitorado, quantidade de mesários etc. e aí vamos cruzando essas informações.

Lucilene: geralmente, salvo engano, viajam duas pessoas para dar treinamento em cada local. Não teria como diminuir para uma pessoa dando suporte com os técnicos de cada zona?

Michelle: ótima sugestão.

Guilberth: minha sugestão é cortar metade e adotar critérios que estão dentro do nosso orçamento da melhor e mais transparente forma possível porque não vamos chegar em um valor exato ou ligar para todas as zonas. Acho melhor adotar critérios mais rígidos.

Rogério: concordo plenamente.

Regina: ficando 15 municípios e indo apenas uma pessoa, precisaria de mais uma pessoa do cartório porque não pode ficar apenas um profissional do CTM.

Michelle: poderia ser o técnico também, por isso eles são polivalentes.

Ingrid: já dei treinamento 2x no interior, os técnicos só apoiaram na parte prática porque eles não foram capacitados para a parte teórica, sendo sempre alguém da comissão. Contudo, não se sabe a realidade de cada zona porque nem todos sabem treinar e são nessas horas que nós vemos o trabalho e a necessidade do treinamento nas comissões, não desqualificando o trabalho.

Michelle: não é desqualificando a comissão, mas digo que o apoio dado a comissão para ir apenas só uma pessoa e atender mais municípios. Tendo o profissional de apoio, ao invés de ir o servidor, ele iria dar esse apoio o treinamento e na hora da parte teórica, poderia ser aquele da comissão de mesários.

Ingrid: é uma ideia, mas tive uma experiência quando dei treinamento em Coroatá sozinha e foi extremamente desgastante.

Rogério: não é o ideal, é o real. Quem trabalha nesse sentido, sabe que é sempre melhor ser em dupla. Mas, como volto a dizer, devemos lutar com o que temos. E no que depender de nós, vamos nos esforçar. Pelo visto, nessa eleição de 2022 não vamos ter o ideal.

Regina: mais um ponto que se pode cortar seriam as 4 diárias para 1 servidor em 116 municípios. A Francisca colocou na última reunião que precisou de todas as diárias em um termo por precisar dividir os mesários em 4 turmas devido a pandemia. Contudo, estamos prevendo não estarmos mais nessa situação e que não precisaria ir 4x no mesmo termo, diminuindo a quantidade de diária.

Michelle: pode ser, além de que a gente tem muitos municípios, por serem próximos, onde não se paga diária.

Francisca: diárias por termo?

Regina: sim.

Francisca: acho que pode diminuir.

Regina: 1 por termo?

Lilianne: não seria melhor deixar 2?

Flávio: o memorial de cálculo está dando R\$ 155 mil.

Regina: o valor da diária está certo?

Flavio: sim e corre risco de ter município com diária maior.

Michelle: coloca duas diárias que dá R\$ 77,952 mil.

Regina: 116 termos e alguns nem precisam.

Lucilene: dá para cobrir os locais de maior valor.

Em seguida, passaram para a SEGET. Marlene não pôde participar da reunião, então Clemisson estava substituindo a mesma.

Regina: Marlene já retirou os veículos de PAT, conforme orientação de Egídio na reunião passada.

Lilianne: não temos sugestão aí, aguardamos mesmo o corte da reunião passada.

Regina: o único corte pendente seria dos carros dos PATs.

Egídio: isso. Tenho até uma sugestão: tínhamos 80 PATs no começo e cortamos para 50. Com essa quantidade, cubro todos os locais que necessitam de maré que são 26, mas tem uma ilha que demorou, então coloco 27. Assim, atenderíamos todos os locais com deslocamento igual ou superior a 4h30min (se for um local a 4h ou 4h20, não pega – sendo com base agora, se aumentar 5min alguém fica de fora). Por não ter dinheiro, se tirarmos 10 PATs, aumentamos o prazo para 6h: você, chefe de cartório, se um local for distante 5h55, não vai estar coberto e vai ser preciso aguardar, chegando 23h30 para transmitir, por exemplo. E com esse corte, economizaria algo em torno de R\$ 130 mil.

Edson: geralmente, os locais mais distantes têm mais problema.

DG: corremos risco de atrasar a eleição em nível nacional.

Hebert: acho que deve voltar para 80.

Lucilene: mas não dá por não ter orçamento.

Edson: geralmente são em locais que não tem comunicação.

Egídio: para prevenir o problema do ano passado que duas ilhas tinham 1 PAT, já conto que vou colocar PAT nas duas ilhas.

Hebert: gostaria de fazer uma sugestão porque alguns pontos são críticos mesmo: naquilo que podemos mexer, de fato, deveria ser trabalhado em cima disso. Inicialmente, por exemplo, as diárias.

Leana: Flávio tem uma proposta, Hebert

Flávio: temos R\$ 1.675.589,89 reais de diárias e todas já foram objetos de corte. Se, em último caso ainda faltar verba, poderíamos fazer um corte linear de 30% diminuindo R\$ 558 mil. Já se for de 20% seria de R\$ 372 mil. Mas, repito: seria cortar o que já foi cortado.

Lilianne: é perigoso porque corre risco de cortar a diária de algo essencial.

Cláudia: Flávio, no caso de cortar 20% em cima das diárias, esse montante seria para todos os processos? Não poderia ir a diária de um para o outro? A gente poderia trabalhar tentando diminuir mais.

Flávio: entendi, mas a minha sugestão inicial seria seguir vendo os cortes que ainda podem ser feitos e se, no final, não ter jeito, poderemos ver a questão do corte linear.

Hebert: sabemos que o valor não é do setor, é da execução. Eles podem ser realocados.

Cláudia: diante da necessidade.

Wagner: o problema dos processos que vão ser executados no dia da eleição ou pós-eleição é que podem sofrer prejuízos por ter sido executado em processos anteriores o seu orçamento.

Clemisson: os valores são esses mesmos e estamos bem próximo do limite. Ele já reflete no adicional do motorista e combustível porque percebemos que a maioria das demandas iniciam ou terminam no feriado. E o combustível levamos em consideração a média de R\$ 6,50 para o ano de 2022.

DG: é algo complicado de se mexer pelo preço do combustível porque pode até inviabilizar as eleições.

Prosseguiram para a COSIS.

Regina: ainda está mantido o valor da alimentação do mesário.

Hebert: quanto foi em 2020?

Regina: R\$ 40 reais.

Wagner: fiz umas simulações e mantendo o número de sessões de 2018 e diminuindo o valor de R\$ 40 para R\$ 35 reais, vamos economizar R\$ 632 mil em ambos os turnos. É uma proposta e em relação ao número de sessões, a economia seria em torno de R\$ 132mil.

Egídio: se não tem dinheiro, é uma coisa a se considerar.

Lucilene: se cortar R\$ 723 mil do Luan de técnicos, o valor de terceirizados e o valor da alimentação, começa a ser o mais real que temos.

Wagner: vamos sensibilizar o TSE para não reduzir esse valor. Não seria possível pedir o remanejamento de custos?

DG: não, vão mandar cortarmos em outros pontos e não mexer no valor da alimentação.

Débora: o valor do pagamento dos mesários é variável, então o valor que pagamos foi uma opção nossa.

Douglas: acredito que não tem possibilidade de mudança.

DG: tem um colega que fez uma observação bem importante: eles fizeram os reajustes levando em consideração as despesas passando no orçamento ordinário, fazendo um equilíbrio entre ambos os orçamentos.

Douglas: eu acredito que na última vez foi feito isso, especialmente na questão das diárias.

Débora: só lembrando que eu não estou apoiando o corte da alimentação dos mesários, apenas contextualizando e uma das justificativas seria exatamente a pandemia. Por estarmos passando por isso, seria uma forma de estímulo para os mesários não deixarem de ir.

Lucilene: pode cortar os supervisores de prédio?

Wagner: é um gasto administrado pela CRE.

Michelle: o supervisor recebe a urna no dia anterior, ajusta o local de votação, arruma a seção... Poderia ser reduzido, mas com cautela porque se for muito profundo, em especial em locais de votação grande, vão ficar sem apoio e pode atrasar a votação.

Hebert: tenho duas propostas: 1) por que não colocar os supervisores somente nos locais de votação distantes da sede? Já que na sede o próprio técnico de urna pode montar; 2) por que não designar 1 mesário como supervisor de urna e ele receberia um valor a mais, cumulando essa função?

Michelle: o supervisor, na véspera, recebe as urnas, identifica as seções, faz a última checagem... Ele faz a ponte entre o local de votação e o cartório.

Gilson: retomo para os técnicos: devemos reduzir para as zonas que tem uma condição melhor.

DG: nesse ponto acho que tem que ser reduzido 1 técnico para todos.

Luan: só não vou alterar naquelas que são 2 ou 3 técnicos.

Cláudia: não deve ser esquecido onde vão funcionar as juntas. E no que diz respeito à capital, sempre tem pessoas que querem ajudar e ir. Por que não diminuir?

Luan: não iria ter tanto impacto assim.

Gilson: nesse caso, não ia ter tanta diferença. Mas me refiro ao processo do Magno, iria ser significativo.

Flavio: acho que a gente pode reduzir no processo da SESEG. Se tiver sobra, recolocamos o dinheiro de volta.

Gilson: a proposta é fazer políticas de economia de energia para utilizar o orçamento e equalizar.

Leana: concordo em tirar a despesa de adicional de energia por ser uma despesa estimativa e que conseguimos equilibrar com o orçamento normal.

Mateus: zerar eu acho muito arriscado... E se faltar? O aumento de energia nessa época é significativo.

Leana: não, vamos acompanhando mês a mês.

Flávio: é uma despesa que só começa em Agosto, além dela ser uma estimativa. O adicional é para 4 meses.

Michelle: por ser uma eleição geral, os cartórios não funcionam em regime de plantão igual nas eleições municipais. No máximo, 10 dias antes tem um acréscimo porque se inicia a carga e lacre.

Regina: ainda podemos tirar R\$ 42 mil dos geradores.

Mateus: concordo em reduzir a quantia do adicional, mas zerar?

Paulo: Dá para pagar energia só com orçamento ordinário? Não mesmo. Se o consumo voltar ao normal, o orçamento do ano corrente não seria o suficiente só levar em consideração os gastos passados. Fora que tem o reajuste de energia.

Leana: estamos colocando ser uma quantia mais fácil de ser remanejada, fora os procedimentos de diminuição (não trabalhar a noite, por exemplo).

Paulo: até hoje, todas as tentativas de realizar redução de consumo, não foram úteis

Guilberth: por que n considera diminuir o valor do mesário logo?

Gilson: acho que devemos evoluir em outras coisas antes de chegar a isso.

Guilberth: estou achando que está trazendo prejuízo.

Magno: vou falar com a corregedora amanhã.

DG: as discussões vêm e voltam para o mesmo ponto.

Regina: o Edson da COLOG talvez tenha alguma redução a mais.

Edson: o TSE mudou a aquisição dos materiais que são fundamentais, fiz o cálculo e precisaríamos de, no mínimo, F\$ 305 mil para adquirir esses materiais. A única sugestão que eu dou é de reduzir da logística, rotas e distribuição.

Gilson: qual o impacto de diminuir as rotas?

Edson: todas as zonas vão precisar refazer sua logística e vai atrasar o processo de distribuição e recolhimento das urnas.

Gilson: qual outro processo impacta na redução das rotas?

Danyelle: isso não iria atrasar na transmissão?

Edson: vamos tentar trabalhar para diminuir da melhor forma possível o impacto.

DG: vamos fazer o seguinte, diante das discussão, faço a seguinte ponderação: sugiro encerrar a reunião e, como foi solicitado na reunião passada que fossem feitos estudos pontuais e poucos foram feitos, vou encerrar as reuniões e coordenar esses estudos pontuais e fazer esse corte ouvindo cada setor de forma individual, submetendo a apreciação do presidente e enviaremos para todos o que foi realizado.

Gilson: discordo da sugestão porque penso que em grupo conseguimos achar as soluções melhores.

DG: a reunião está se tornando improdutiva.

Gilson: quanto aos veículos, já diminuimos tudo?

Michelle: sobre os veículos eu já tinha falado na outra reunião.

Gilson: e sobre a redução de seções?

Lucilene: a JE pode utilizar da desculpa de que 2020 a verba foi maior por causa da pandemia, R\$ 632 mil cortado e com R\$ 308 mil dos terceirizados, já sobe para 900 e poucos. Já as camisas que todos tem sobe para R\$ 970 mil. Tudo isso porque não se vai tirar R\$ 1 milhão do bolso e vamos explicar porque pagamos R\$ 35 ao invés de R\$ 40 reais.

Hebert: esse valor não pode ser negociado junto ao TSE para aumentar um pouco esse limite?

DG: temos acompanhado e essas reduções estão sendo as únicas viáveis. Façam os reajustes e enviamos para TSE sob a justificativa e, assim, solicitar complemento (essa foi a orientação do presidente). Além disso, outros regionais passam pela mesma situação e não estamos com toda essa dificuldade em alinhar esse valor e eu faço questão de acompanhar de perto que vai sobrar valor do pleito como sobrou igual nos anteriores.

Gilson: é importante informar todos esses cortes para a desembargadora Ângela porque ela vai presidir a eleição e que foi a única opção viável.

Claudia: quanto ao suporte presencial, seria interessante analisar se seria de fato importante, já que as zonas estão ocupando seu local mesmo porque iria diminuir as diárias.

Gilson: é importante essa questão por ser tratada nos próximos passos das eleições.

#### Deliberações – Pendências:

- 1) Realização de estudos pontuais (parte mais técnica – o DG informou que iria acompanhar) para analisar, individualmente, os cortes realizados em cada setor e informar a presidência acerca das adequações orçamentárias realizadas;
- 2) Aguardar a resposta da corregedora acerca dos cortes nos processos específicos da CRE (Magno informou que iria se reunir com a desembargadora amanhã);
- 3) Analisar a viabilidade de solicitar mais verba para o TSE com a finalidade de desfazer alguns cortes realizados (em especial na hipótese de ser realizado algum corte na alimentação dos mesários);
- 4) Sugestões: a) realizar um corte no valor pago na alimentação dos mesários sob a justificativa de que a verba recebida na eleição anterior havia sido uma quantia a mais tendo em vista o cenário da pandemia; b) realizar um corte nas camisas institucionais (o DG informou que repassaria a sugestão para o desembargador).

#### PARTICIPANTES

NOME	CARGO	MEMBRO
Luann de Matos Oliveira Soares	Diretor-geral	Conselho Gestor
Danyelle Bitencourt Athayde Ribeiro	Assessora Chefe da Corregedoria	Conselho Gestor

Débora Márcia Soares Vêras	Secretária de Administração e Finanças	Conselho Gestor
Carlos Eduardo Dias Almeida	Secretário Judiciário	Conselho Gestor
Guilberth Marinho Garcês	Secretário de Gestão de Pessoas	Conselho Gestor
Vanessa Andrade Neiva Eulálio, 76ª ZE	Servidora indicada pelo Sintrajufe-MA, Chefe de Cartório da 76ª ZE, São Luís	Conselho Gestor
Dr. José Brígido da Silva Lages	Juiz da 1ª ZE	Comitê de Atenção Prioritária ao 1º Grau
Michelle Pimentel Duarte, 6ª ZE	Chefe de Cartório da 6ª ZE, Caxias	Comitê de Atenção Prioritária ao 1º Grau
Lilianne Lopes Melo, 93ª ZE	Chefe de Cartório da 93ª ZE, Paço do Lumiar	Comitê de Atenção Prioritária ao 1º Grau
Francisca de Oliveira Garcia, 54ª ZE	Chefe de Cartório da 54ª ZE, Presidente Dutra	Comitê de Atenção Prioritária ao 1º Grau
Alessiane Guimarães Reis	Coordenadora de Registros Partidários, Autuação e Distribuição – CODIS	-
Helena Antônia de Sousa Paiva	Chefe da Seção de Gestão do Almoxarifado	-
Gilson Rodrigues Borges	Assessor-chefe especial – ASESP	-
Karla Abdala Faria Félix	Coordenadora de Planejamento Estratégia e Gestão - COPEG	-
Luan Rafael dos Santos Ferreira	Coordenador de Logística – COLOG	-
Lucilene Cardoso Gonçalves	Chefe da Seção de Administração e Manutenção de Urnas Eletrônicas – SEMUE	-
Edson Luis Santana de Macedo	Chefe da Seção de Mídias e Suprimento – SEMSU	-
Célia Regina Carneiro Mesquita	Chefe da Seção de Planejamento e Desenvolvimento - SEPLA	-
William Motta de Oliveira	Técnico Judiciário – lotado na SEPLA	-
José Wagner Sales Ferreira	Coordenador de Sistemas Eleitorais – COSIS	-
Sherlan Buhatem Anunciação	Coordenador de Licitações, Aquisições e Contratos – COLAC	-

Egídio de Carvalho Ribeiro Júnior	Coordenador de Infraestrutura e Sistemas – COINF	-
Jaqueline Milhomen da Cunha	Coordenadora de Gestão e Informação – COGIN	-
Mateus Marinho Alencar	Servidor lotado na SELIC	-
Hebert Pinheiro Leite	Assessor jurídico da Corregedoria	-
Flávio Menezes de Miranda	Chefe da Seção de Planejamento e Programação de Orçamentária – SEPOR	-
Rogério Penha Freire	Chefe do Núcleo de Ensino à Distância – NEAD	-
Gualter Gonçalves Lopes Júnior	Secretário de Tecnologia da Informação – STIC	-
Roberto Magno Aguiar Frazão	Coordenador de Fiscalização do Cadastro Eleitoral – COFIC	-
Willdickson Silva Reinaldo	Chefe da Seção de Controle dos Juízos Eleitorais – SECOJ	-
Leana Batista Neves	Coordenadora de Orçamento e Finanças – COFIN	-
Ingrid Janaina Castro Viegas	Chefe da Seção de Execução Orçamentária – SEORC	-
Rosiléia Moraes Salazar Monteiro	Coordenadora de Pessoal – COPES	-
Samira Teresa Duailibe Murad	Assessora-chefe de Cerimonial	-
Cláudia Regina Fonseca Teixeira	Chefe da Seção de Processamento de Eleições – SEPRE	-
Eliami de Jesus Cantanhede Bernardes	Chefe da Seção de Protocolo, Documentos Eletrônicos e Expedição – SEPEX	-
Cláudia Regina Fonseca Teixeira	Chefe da Seção de Processamento de Eleições – SEPRE	-
Clédina Francisca de Assis Lobato Reis	Coordenadora de Assuntos Judiciários e Correicionais – COJUC	-





TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO

AV. SENADOR VITORINO FREIRE - Bairro AREINHA - CEP 65010917 - São Luís - MA

**CERTIDÃO**

Eu, Luann de Matos Oliveira Soares, CPF 048.385.883-80, na qualidade de coordenador da reunião do Comitê de Atenção Prioritária ao 1º Grau com o Conselho Gestor, realizada em 29/03/2021, certifico e dou fé do inteiro teor de sua ata constante do documento SEI TRE-MA n.º 1466144, para os fins previstos no regulamento do Prêmio CNJ de Qualidade 2021.

São Luís - MA, datado e assinado eletronicamente.

**LUANN DE MATOS OLIVEIRA SOARES**  
Diretor-Geral



Documento assinado eletronicamente por **LUANN DE MATOS OLIVEIRA SOARES, Diretor Geral**, em 12/08/2021, às 16:03, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tre-ma.jus.br/autenticar> informando o código verificador **1466278** e o código CRC **5669EA5D**.

0006494-43.2021.6.27.8000 | 1466278v8